



**INDISCIPLINA: ENTRAVE NA GESTÃO PEDAGÓGICA - O
CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE**

MIRALDA RAMOS DE OLIVEIRA

**BELO HORIZONTE
2011**

MIRALDA RAMOS DE OLIVEIRA

**INDISCIPLINA: ENTRAVE NA GESTÃO PEDAGÓGICA - O
CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Fernanda Araujo Coutinho Campos

Belo Horizonte

2011

MIRALDA RAMOS DE OLIVEIRA

**INDISCIPLINA: ENTRA VE NA GESTÃO PEDAGÓGICA - CASO DA ESCOLA
MUNICIPAL PAULO FREIRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Fernanda Araujo Coutinho Campos (orientadora) - UFMG

Prof.Dr. Hormindo Pereira de Souza Júnior – UFMG

Belo Horizonte, janeiro de 2011

Dedico este trabalho aos meus filhos Luiza e Nicolas, que são a razão de crer que devo melhorar em tudo a cada dia. Ao meu marido Ademir pela compreensão e apoio e principalmente à minha mãe que deu-me força incentivando-me o tempo todo e é meu exemplo de mulher batalhadora, esforçada e vitoriosa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que me deu todos os dons que tenho e também pela força e entusiasmo para a realização deste. Agradeço à orientadora e professora Fernanda, pelos muitos momentos dedicados ao nosso trabalho, pelos ensinamentos, pela paciência e principalmente pelo incentivo contínuo. Em especial agradeço a algumas ex-diretoras que muito ajudaram para que chegasse ao final desse curso vitoriosa: Beth, Miguelita e Meire, meu abraço.

“Crer é acreditar que existe um oceano, apenas por ter visto um riacho.”

RESUMO

A indisciplina é um dos principais problemas da escola hoje e um dos maiores problemas com que se confrontam os professores e equipes diretivas. Este trabalho procura refletir sobre os fatores geradores da indisciplina, e sobre as atitudes necessárias para prevenir e lidar com situações relativas à mesma, como forma de minimizar os prejuízos advindos desta situação na prática da gestão pedagógica e no processo ensino-aprendizagem. Assim, enfatiza-se a importância da gestão democrática como forma de enfrentamento do problema, oferecendo à comunidade escolar a oportunidade de participação e envolvimento procurando medidas alternativas de prevenção e solução do problema, a partir da análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Paulo Freire de Ipatinga-MG.

PALAVRAS-CHAVE: *Disciplina; Indisciplina; Gestão Democrática*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OS SENTIDOS DA (IN) DISCIPLINA	10
2.1 Fatores que geram a indisciplina.....	12
2.2 Conflitos gerados pela indisciplina	20
2.3 Autoridade Profissional e a Relação Professor-Aluno	25
2.4 Gestão Democrática.....	28
3 CONCLUSÃO.....	34
4 REFERÊNCIAS.....	35
5 ANEXOS	37

1 INTRODUÇÃO

Os distúrbios disciplinares são um dos maiores obstáculos pedagógicos nos dias atuais para a efetivação da aprendizagem e a prática efetiva da gestão democrática, maior até que a falta de material didático ou de espaço apropriado para realização das atividades diárias. A maioria dos profissionais da escola não sabe ao certo como interpretar e/ou administrá-los. Compreender ou reprimir? Encaminhar ou ignorar?

Equipe diretiva, pais e os próprios alunos tornaram-se reféns do emaranhado de significados e valores que a indisciplina escolar comporta e que com a reformulação de valores ocorridos nesse século jogaram por terra, antigas formas de disciplina, e os pais e professores hoje ainda não encontraram formas capazes de disciplinar e exercer autoridade, criando, dessa forma, um verdadeiro impasse no processo educacional.

Neste estudo serão apontados fatores que geram esta indisciplina, apresentando, também, condições favoráveis ao processo educacional que, se colocadas em prática poderão constituir uma alternativa para a questão disciplinar do aluno, durante as aulas, e será referendada em pesquisa bibliográfica que será analisada buscando a compreensão desta questão. Serão apresentadas também situações vivenciadas no cotidiano diário e na prática da gestão.

Partindo destas considerações, o presente estudo se propõe a discutir os conflitos gerados durante as aulas, pela indisciplina, como fatores que interferem diretamente no processo ensino-aprendizagem e na prática da gestão democrática e apresentar formas de minimizar e/ou prevenir este problema.

A análise tem como referência a Escola municipal Paulo Freire - situada à Rua Rio São Francisco, 630, bairro Parque das Águas na cidade de Ipatinga – já que em seu Projeto Político Pedagógico há propostas de que haverá acompanhamento dos casos graves de indisciplina para fazer com que a melhoria da aprendizagem aconteça no âmbito escolar, ou seja, o lado pedagógico será muito bem assessorado. Com a iniciativa de toda a escola de resolver o problema disciplinar, a equipe diretiva fará todos os encaminhamentos aos órgãos necessários a fim de resolver ou pelo menos amenizar esse problema.

2 OS SENTIDOS DA (IN) DISCIPLINA

Refletindo sobre os usos dos termos disciplina e indisciplina em seus diferentes contextos, utilizações, e esclarecendo possíveis confusões lingüísticas advindas do fato de que estas, assim como várias outras expressões de uso corrente por parte dos agentes institucionais da educação, têm profundas raízes históricas e múltiplos usos igualmente legítimos, iniciaremos nosso estudo a partir das definições encontradas no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*:

Relações de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor; Ordem que convém ao funcionamento regular de uma organização (militar, escolar, religiosa, etc.); Observância de preceitos ou normas; Ensino, instrução, educação. (FERREIRA, 1993, p. 27)

Observa-se que todas as citações acima fazem referência direta ao processo educacional e que, em linhas gerais, disciplina é o conjunto de regras éticas para se atingir um objetivo. Ética é entendida como o critério qualitativo do comportamento humano envolvendo e preservando o respeito ao bem-estar do ser humano como um todo.

Segundo Aquino (1996. p. 98), a tarefa de educar, não é responsabilidade da escola, é tarefa da família, que ao docente cabe repassar seus conhecimentos acumulados. Aquino ainda aponta que a solução pode estar na forma da relação entre

professor e aluno, ou seja, a forma que suas relações e vínculos se estabelecem, aponta também que a solução pode estar no desenvolvimento do resgate da moralidade discente através da relação com o conhecimento e que esse conhecimento deve ser construído socialmente, sem rigidez ou autoridade.

O autor destaca que a escola trabalha com disciplinas (matérias do currículo) que exigem disciplina, e que a mesma idealiza uma ordem invariável para o comportamento durante a aula, como se o objetivo do processo educacional repousasse prioritariamente na fixação de certos comportamentos e não transmissão de certos conhecimentos, habilidades ou atitudes que, eventualmente, exigem certos tipos de comportamentos e procedimentos como meios.

A disciplina escolar não se justifica autonomamente, mas é vinculada aos conteúdos que a demanda. Essa idéia, na verdade, está inscrita na própria etimologia do termo disciplina, derivada da palavra latina “disco”, que significa “aprendo”. (...) Sua raiz se encontra na idéia de uma submissão do aprendiz às regras e estruturas do que pretende aprender ou à autoridade do mestre, como aquele que inicia o discípulo em uma arte ou área do conhecimento. As regras não têm validade autônoma, como um imperativo categórico que valha por si, mas encontram seu significado como um caminho para a aprendizagem. Assim para se entender os problemas da disciplina e da indisciplina escolar deve-se explicitar o vínculo entre a noção de disciplina como área de conhecimento e de disciplina como comportamentos / procedimentos, vínculo que é próprio da relação escolar. (AQUINO, 1994, p 89)

No entanto ao se referir à disciplina ou indisciplina, tocamos não em um conjunto fixo de modalidades de comportamento, mas em uma série de atitudes que em diferentes contextos lingüísticos e sociais podem representar ou requerer diferentes comportamentos.

Piaget (1973) diz em seus ensinamentos que temos na vida duas alternativas: “formar personalidades livres ou conformistas”. Ora, se a educação tem como objetivo formar indivíduos autônomos e cooperativos, faz se necessário dar condições a ele para se desenvolver em um ambiente de cooperação.

Sendo a escola um ambiente socializador, além de transmissora de conhecimentos, é necessário se ter claro a sua grande importância, pois contribui de forma acentuada na formação moral de seus alunos. Dessa forma o professor tem também como função colaborar para que tudo isso se efetive de fato. Deve haver trocas de experiências entre seus pares baseados na cooperação, pois estarão construindo

juntos um ambiente organizado com regras coerentes e justas. O espaço para o questionamento deverá ser ampliado e tão respeitado que se poderá questionar até mesmo as regras da própria escola.

No decorrer de uma aula, uma disciplina concretiza-se em um trabalho e não o precede como discurso, pois ela é uma ação. Dessa forma ela implica a clareza de meios e objetivos para esse trabalho, tanto do professor, quanto do aluno, pois o do professor é o de ensinar e o do aluno é o de aprender. Mas isso só será possível se essa ação de disciplina ocorrer, mesmo que no decorrer desse tempo, haja algum problema que impeça a organização e a ordem.

Os profissionais da educação precisam urgentemente repensarem sobre a definição do que seja realmente “indisciplina”, pois grandes estudiosos no assunto relatam que ela não pode ser considerada como problema de comportamento e Garcia (1999) nos diz que esse conceito necessita ser superado e que outras dimensões devem ser levadas em conta.

É importante considerar

[...] a indisciplina no contexto das condutas dos alunos, dentro ou fora da sala de aula, nas diversas atividades pedagógicas, a dimensão dos processos de socialização e relacionamentos que os alunos exercem na escola e também considerar a indisciplina contextualizada o desenvolvimento cognitivo desses alunos. (Garcia, 1999 p. 102).

2.1 Fatores que geram a indisciplina

Sempre que ouvimos a palavra disciplina, pensamos em calma, silêncio, pessoas comportadas. O contrário ocorre, quando ouvimos a palavra indisciplina que, nos faz lembrar escola com alunos “bagunceiros” e gritos diversos. No entanto é preciso analisar o que está gerando esta indisciplina.

Os autores Vasconcelos (1995) e Aquino (1996) deixam claro que esta questão não é apenas no âmbito escolar, elas envolvem outros aspectos que terminam por influenciar as atitudes e condutas dos indivíduos.

Entretanto, para Vasconcelos (1997, p.227), as questões disciplinares têm ocupado um espaço cada vez maior no cotidiano escolar do país e a grande insatisfação decorrente dessas questões tem constituído em causa de abandono e de

doenças, principalmente nervosas, do quadro do magistério. As reclamações dos professores, atualmente partindo até mesmo dos professores da pré-escola, é uma tendência que ainda não é generalizada, porém é preocupante e merece nossa reflexão e discussão, uma vez que é causa de repetência, evasão escolar e também constitui conseqüência de fracasso do planejamento inicial do professor e da escola, o que serve para reforçar a necessidade de aprofundar nessas questões; portanto, torna mais relevante a proposta desta pesquisa.

Refletindo esta questão das influências, os autores deixam claro que os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, podem levar o indivíduo a agir de uma forma que não condizem com os padrões de comportamento estipulados pela sociedade. Como exigir de um aluno que ele haja com calma, com educação, se o mesmo foi criado em um ambiente familiar onde a briga entre os pais e irmãos são constantes? Como pedir ao aluno pontualidade, se o professor chega atrasado para a aula? Como exigir um comportamento disciplinado, se a escola ou até mesmo a sociedade, não cumpre as normas que possui?

Para Fleury (1997), os salários baixos e as péssimas condições de trabalho além de dificultar, desvalorizam a ação educativa dos profissionais que atuam na educação. É gigantesco o processo de evasão escolar e o caráter autoritário da escola denigre sua função educativa e social. Esses sistemas de conflitos e problemas são muito mais profundos, a escola que deveria promover a apropriação de um saber elaborado, criativo, crítico e solidário, capacitando as pessoas para o desenvolvimento das diferentes culturas, confere certificados e diplomas a funcionários burocráticos com aptidão apenas para reproduzir as relações exploradoras e de dominação.

A baixa formação acadêmica de alguns professores, a pouca ou nenhuma participação da família na vida escolar de seus filhos, as salas de aula numerosas, pouca estrutura física das escolas, cursos de formação sem sequência, desorganizados, o lado social dos alunos (comunidades a que pertencem), contratação até mesmo irregular de professores durante o andamento do ano letivo, licenças médicas, aposentadorias, tudo isso aliado à resistência dos alunos e a falta de conhecimento do Projeto Político Pedagógico, causam grandes transtornos na escola e no seu bom andamento, gerando assim mais casos de indisciplina.

De acordo com Tiba (1996), os costumes dos filhos não dependem só do que eles aprendem dentro de casa. A educação escapou ao controle da família, porque desde pequena a criança sofre influência da escola, dos amigos e da televisão. Antes da era da televisão e da emancipação da mulher, o sistema educacional estava muito centrado na família, aprendia-se com a convivência com os pais e irmãos.

A emancipação da mulher fez com que também ela se ausentasse de casa. E a criança não pode ficar só, pois não tem capacidade física nem psicológica para resolver as questões diárias da casa. Embora essa saída de casa muitas vezes é motivo de críticas à figura da mulher, ela não pode ser responsabilizada sozinha pelas tarefas da casa e pela educação dos filhos. Essa tarefa deve ser compartilhada com o homem/marido que tem o papel de pai, embora também trabalhe fora. Ambos tem compromissos com o bom andamento da casa e organização dos afazeres domésticos.

Nos arranjos atuais a criança é confiada basicamente a 3 tipos de situação:

- Atividades “educativas” (berçário e pré-escolas, judô, natação, balé ou clube).
- Babá eletrônica (TV e diversos componentes eletrônicos que prendem as crianças em casa);
- Terceiros (avós, empregados, com formação em geral diferente da dos pais e nem sempre com tanto preparo ou empenho para cuidar das crianças). O que é a realidade de um grande número das nossas crianças.

Relato de caso 1:

Na Escola Municipal Paulo Freire, temos um exemplo de 5 irmãos que são considerados alunos-problema na aprendizagem e na disciplina.

O mais velho se vê na responsabilidade de faltar de aula para lavar carros, catar latinhas, entre outros “bicos” para aumentar a renda da família e comprar comida para os menores, pois a mãe grávida de gêmeos, não têm outros meios ou recursos financeiros para se manterem além da bolsa família, de dois dos filhos que freqüentam a escola com freqüência, pois faltam muito devido passarem necessidades. O mais velho por sua vez, quando vem à escola está sempre cansado, desatento e, na maioria das vezes, age com rebeldia para executar as tarefas propostas pelo professor. Ele tem 14 anos e está no quarto ano do ensino fundamental. Tem dias em que ele e o outro, de 13 anos, devem cuidar da limpeza da casa e alimentar os irmãos, de sete anos e a

de oito anos e um bebe de um ano e meio. Esses adolescentes são responsáveis por outras crianças e têm que deixar de viver suas próprias vidas, com suas alegrias e frustrações em função da vida dos outros, mesmo que sejam seus irmãos. Ao chegarem à escola eles estão cansados das responsabilidades assumidas em casa e não conseguem se concentrar nas atividades de sala e querem apenas se divertir com os colegas, pois aqui eles se sentem crianças e querem brincar. A professora precisa ministrar sua aula e os alunos querem tudo, menos mais responsabilidades. Ao serem advertidas, essas crianças se revoltam e fazem “pirraças”, o que se caracteriza em um comportamento indisciplinado. Após várias ocorrências os pais são chamados e, muitas vezes, descontam nas crianças com agressões gerando assim um círculo vicioso, onde a escola chama e pais respondem com agressão aos filhos e estes com mais indisciplina.

Faz-se necessário e é preciso com urgência, reestruturar a família, pois somente uma família estruturada tem como proporcionar a seus membros, através de diálogos, estímulos, valores e princípios tão necessários a uma convivência digna e harmoniosa em sociedade e que refletem diretamente no ambiente escolar.

A Escola Municipal Paulo Freire, incorporou essas e outras crianças, esse e outros problemas parecidos em seu Projeto Político Pedagógico abrindo espaços de diálogos constantes, primeiramente com eles em particular e depois com seus responsáveis. Caso não se perceba a melhoria necessária, a equipe diretiva conta com o apoio de parceiros próximos da escola e que conhecem toda a realidade vivida por ela, a fim de ajudar essas crianças e até mesmo suas famílias na busca de soluções para esses problemas.

Paulo Freire (1993) em *Pedagogia da Autonomia*, também fala do caráter, das relações, da experiência social, da comunicação, dos sonhos, da raiva e do amor, que devem ser desenvolvidos junto a prática educativa. Ele acredita que o educador deve conhecer o dia-a-dia do aluno, porque, segundo ele, é nessa realidade que o aluno desenvolve seus instintos e desabrocha a indisciplina. Para Freire, ensinar não é transferência de conhecimentos e sim, “é construção”. O educador não pode esquecer que o aluno é um ser humano inacabado, e só a partir dessa visão que ele irá entender que o aluno precisa se desenvolver num ambiente de liberdade.

Estamos vivendo momentos de grandes transformações sociais. As mudanças ocorrem em um ritmo acelerado que quase não conseguimos acompanhar. Por isso se faz necessário se atualizar sempre como pessoas e como educadores para procurar compreender melhor a realidade infantil, familiar e profissional.

Segundo Silveira (1996), a explosão tecnológica ocorrida neste século foi assustadora. Nunca se criou tanta coisa em tão pouco tempo. Este desenvolvimento tecnológico e industrial provocou mudanças de valores; o crescente capitalismo acentuou a competição entre as pessoas; a razão atingiu seu apogeu. Diante de tantas mudanças ocorridas em apenas cem anos, sendo que a maior parte delas nos últimos cinquenta anos torna-se inevitável o choque de gerações.

A crise sócio-econômica gerada pelo capitalismo levou grande parte da população a uma situação de miserabilidade total. Muitas famílias vivem hoje sem as condições mínimas de sobrevivência. Esta situação aumenta ainda mais o desafio da escola, pois trabalha com as conseqüências do desajuste social.

A questão da indisciplina não está relacionada à classe social, mas a situação de miserabilidade ameaça a integridade do ser provocando comportamentos defensivos, acentuando a agressividade. Neste sentido o conceito de indisciplina deve ser reavaliado, pois o que está sendo caracterizado como indisciplina pode ser na verdade um comportamento reativo e natural ao contexto da criança.

A verdade é que os alunos de hoje já não são os mesmos que frequentaram as salas de aula no passado, onde se acreditava no mito de que por meio da escola se alcançaria a ascensão social. Além do que, essa escola atendia a poucos alunos, dando preferência a elite da época e os filhos das classes menos favorecidas tinham seu acesso limitado. Segundo Vasconcelos (2006, p. 28), “atualmente, com a queda deste mito fica mais difícil para o professor conseguir um comportamento ‘adequado’ do aluno”.

Com a expansão do sistema capitalista, muitas mudanças ocorreram na sociedade e na dinâmica familiar, como menciona esse mesmo autor: “O homem trabalha mais; A mulher vai para o mercado de trabalho; A preocupação com o desemprego; Menos tempo (quantitativo e, sobretudo, qualitativo) para a família”. (VASCONCELLOS, 2006, p.29)

O choque de valores ocorridos neste século repercutiu no processo educacional, e hoje, pais e professores não sabem o que fazer frente a comportamentos “indisciplinados” e se tornam reféns de um processo onde sofrem a professora com a indisciplina do aluno, e os pais que se sentem incompetentes e culpados diante do comportamento indisciplinado do filho e com o castigo que o mesmo recebe em função do seu ato de indisciplina.

Relato de caso 2:

Um aluno de oito anos que mora com a avó de setenta anos, pai desconhecido e a mãe que foi para a Itália em busca de melhores condições de vida. Este aluno brinca durante a aula, furta dos colegas, desrespeita todas as normas construídas em sala e as da escola, agride os professores e colegas verbal e fisicamente. A avó quando chamada à escola diz não saber o que fazer e que nem conta para a mãe o que ele faz, pois a mesma está com leucemia e não quer levar para ela mais um problema. A avó relata que o neto age da mesma forma em casa e que não a respeita ficando pelas ruas até altas horas da noite. O aluno já foi encaminhado para o Setor de Integração e Desenvolvimento do Educando (SIDE) e posteriormente encaminhado a um programa social que lhe providenciou um psicólogo e que o mesmo participou apenas de algumas sessões e se observou pouca ou nenhuma mudança.

De acordo com Tiba (1986), muitas vezes a existência de alguns problemas nas aulas são relacionadas à atuação do professor que se reflete na ausência de condições emocionais para o exercício do magistério. Tal aspecto, juntamente com as técnicas, as didáticas, e conhecimentos teóricos e práticos da área de atuação, são essenciais ao bom desempenho do profissional de educação.

Todo ser humano tem necessidade de encontrar satisfação em sua atividade profissional. O professor não foge à regra. Mas também não pode fazer de seus alunos elementos a serviço dessa satisfação.

Para amenizar os grandes problemas como o citado acima, a equipe diretiva programa palestras com psicólogos ou reuniões só com os professores de alunos assim, apóia o professor totalmente durante o seu trabalho em sala de aula

acompanhando bem de perto os casos já conhecidos. Constantemente são feitas reuniões com os funcionários para esclarecimentos sobre os casos de problemas de cada aluno e todos os funcionários tomam conhecimento da situação familiar de todos os alunos ditos “alunos-problemas”. Com esse diálogo, a equipe diretiva espera ganhar mais adeptos dentro da própria escola ajudando na solução e ampliando o número de pessoas que ajudarão na busca de soluções para os problemas dos alunos.

Mas mesmo assim, não é muito difícil ver professores despejarem sobre seus alunos uma infinidade de regras, técnicas, ou atividades incoerentes e sem objetivos definidos.

Cabe ressaltar aqui que não se pretende, em hipótese alguma, negar, diminuir ou questionar a importância do trabalho do professor, muito menos como elemento facilitador do desenvolvimento integral do aluno. De sua capacidade de decisão, de solução de problemas não previstos, de manejo da agressividade, de poder de argumentação, de autoconfiança. Enfim, do encontro do caminho para a autogestão, da autonomia, objetivados pela educação.

A prática educativa segundo Paulo Freire (1996, pág. 46), deve desenvolver: um caráter formador, propiciar relações, treinar a experiência do ser social que pensa, se comunica, que tem sonhos que tem raiva e que ama. Baseado nessa filosofia, o educando deve dar a devida importância à parte social do aluno, porque é nela que ele vive sua realidade dia-a-dia, é nela que ele desenvolve seus instintos e é a partir dela que a indisciplina poder desabrochar. O educador democrático não pode esquecer que ensinar não é transferir conhecimentos, mas sim, criar possibilidades de construção, pois o aluno é ser humano inacabado, ele nunca deve transformar a autoridade em autoritarismo. Portanto o aluno precisa de estímulo para desenvolver sua transformação num ambiente de liberdade. A equipe diretiva dá apoio total e irrestrito ao professor, contribuindo dessa forma para que sendo acreditado, apoiado e ajudado possa também acreditar, apoiar e ajudar aos alunos a superar as dificuldades cognitivas e sociais.

O que se está questionando é o uso de atividades que têm servido mais ao preenchimento das necessidades individuais do professor do que às necessidades educacionais dos alunos. O professor tem necessidade de realizar o seu trabalho e ter

o reconhecimento de estar fazendo-o bem feito e dessa forma se realizando como profissional capaz de ensinar e transmitir com competência os conhecimentos necessários para o desenvolvimento dos alunos. Isto ocorre na medida em que sentimentos pessoais do aluno, como revolta e desinteresse, não são considerados, e que, quando surgem, dificultam o bom andamento da aula.

Relato de caso 3:

Professores que não conseguem um mínimo de controle da disciplina em sala e que chegam ao cúmulo de pedirem que alguém da equipe diretiva fique na porta da sala para que o mesmo ministre sua aula (cabe ressaltar aqui que outros professores entram nesta mesma sala e com estes mesmos alunos e ministram suas aulas sem que seja preciso a interferência da equipe gestora). Ou ainda professores que faltam demais por motivos particulares, e que os alunos perdem a referência do mesmo e este ao chegar em sala não tem sequer noção de como agir diante de um comportamento indisciplinado ou transformam qualquer comportamento deste aluno em um ato de indisciplina. Estes professores geralmente são chamados em particular, pela equipe gestora e coordenadores e exposto aos mesmos a situação de uma forma que o professor reflita e tente mudar sua prática pedagógica ou que tentem não deixar que seus problemas particulares interfiram negativamente no processo-aprendizagem.

Para atualizar os conhecimentos dos professores a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ipatinga, mais precisamente o DEPEG (Departamento Pedagógico) oferece cursos de formação continuada durante todo o ano letivo nas várias áreas em que se observa mais necessidades de melhoria no trabalho dos professores visando atualizá-los. Para isso o DEPEG conta com um grande número de professores da própria rede municipal que ficam no departamento citado como assessoras das escolas que a acompanham periodicamente e que ministram os cursos de acordo com suas áreas de atuação, português, matemática, história, biblioteca, artes e outras. Dependendo do grau de necessidades solicitadas pelos próprios professores ou de acordo com a visão das assessoras pedagógicas, a Secretaria Municipal de Educação contrata palestrantes de outras cidades e que tenham mais conhecimentos

para enriquecer ainda mais os cursos ou palestras ministradas nas formações continuadas e trocas de experiências que muitas vezes acontecem também com encontros com professores de creches, de escolas estaduais e particulares.

Além dos fatores acima citados, muitos outros fatores podem levar o aluno a não se comportar de forma adequada em atividades que necessitem de uma integração funcional com outras pessoas. Tiba (1996) os relaciona como distúrbios psiquiátricos; distúrbios neurológicos; deficiência mental; distúrbios de personalidade; distúrbios neuróticos; distúrbios da adolescência, que fazem parte da etapa de desenvolvimento (confusão pubertária, estirão, menarca e onipotência juvenil); distúrbios normóticos; usuários de drogas; características relacionais (distúrbios entre os próprios colegas e distorções de auto-estima).

2.2 Conflitos gerados pela indisciplina

No plano educativo, um aluno indisciplinado não é entendido como aquele que questiona, pergunta, se inquieta e se movimenta na sala, mas sim como aquele que não tem limites, que não respeita a opinião e sentimentos alheios, o que apresenta dificuldades em entender o ponto de vista do outro e de se autogovernar (no sentido expresso por Vygotsk,1984), que não consegue compartilhar, dialogar e conviver de modo cooperativo em seus pares.

A forma que interpretamos a disciplina ou a falta dela, com certeza acarretará várias implicações à prática pedagógica já que fornece elementos que podem interferir nas interações estabelecidas com alunos como também nas definições de critérios para avaliar os desempenhos na escola e no estabelecimento dos objetivos que se pretende alcançar.

Para Cortez (1996), quando o assunto é disciplina todo mundo dá palpite, e isto gera angústia porque nunca sabemos se o que fazemos está certo, nunca conseguimos agradar a todos da violência presente de um modo geral na sociedade de um modo geral na sociedade e fomenta, de modo particular, no meios de comunicação , especialmente a TV . Nessa perspectiva, parecem compartilhar a idéia de que os alunos são o retrato de umas. É comum também verem a indisciplina na sala de aula

como reflexo da pobreza e da sociedade injusta, opressora violenta, e a escola, por decorrência, vítima de uma clientela inadequada (Moysés; Colhares, 1993). Na verdade, a indisciplina jamais pode ser vista como reflexo da pobreza, porque tem muitos filhos de pessoas muito ricas que são totalmente sem limites e sem disciplina nenhuma. Mas há também pessoas muito pobres materialmente, humildes com baixo poder aquisitivo que criam bons filhos e os preparam bem para a vida ensinando-os a serem educados, disciplinados e respeitadores. Não é só uma questão financeira. A sociedade faz conhecer a todos que existem vários tipos de comportamentos, mas de acordo com seu preparo e estrutura, cada um age escolhendo o que melhor lhe convier.

A equipe diretiva da Escola Municipal Paulo Freire, no que lhe compete, procura conhecer a realidade familiar, social, afetiva e cognitiva de seus alunos para interferir de forma positiva no aspecto da disciplina, mas reconhecendo cada limitação encontrada e dessa forma ajudar aos professores a compreenderem melhor os variados comportamentos e agirem com mais ou menos severidade, mais ou menos cobrança, mais ou menos amor(afetividade). Em geral, a equipe diretiva tem o mesmo parecer e visão em relação à indisciplina e a trata com rigor, mas tudo é solucionado com muito diálogo, com os alunos primeiramente e só se houver resistência e não aceitação é que o diálogo passa a acontecer com os membros familiares junto com os alunos indisciplinados envolvidos.

Problemas inevitáveis, mas espinhosos para a educação, são aqueles que envolvem valores, comportamentos de educando, geralmente invocados quando se fala de agressividade, brigas na escola, é o que professores chamam de indisciplina. Esses problemas estão presentes a toda hora no cotidiano, diante da sensação de não saber o que fazer quando um aluno nos agride.

Outra maneira de justificar as causas da indisciplina na escola, bastante presente no ideário educacional, se refere à tentativa de associar o comportamento indisciplinado a alguns “traços inerentes” à infância e à adolescência. “Os adolescentes são, de um modo geral, revoltados e questionadores, não adianta querer lutar contra isso”. “As crianças são egocêntricas, por isso, apresentam tanta dificuldade em atender as regras e necessidades do grupo”. “Criança é indisciplinada e desobediente por natureza, precisa ser domada”. Já os profissionais da educação, quando provocados a analisar

as possíveis causas de incidência deste comportamento nas escolas, muitas vezes acabam por atribuir a responsabilidade ao professor. Deste modo, a culpa que geralmente é atribuída ao aluno, entendido como portador de defeito ou qualidades morais e psíquicas definidas independentemente da escola ou a sua família, passa a ser do professor. (PATTO,1993, p. 98).

De acordo com Tiba (1996), o professor pode estimular a rivalidade e a competição entre os alunos para melhorar a aula, mas jamais permitir que discutam de forma destrutiva. A discussão acalorada pode ser educativa desde que a possibilidade de interação entre os alunos supere a destruição.

Nem sempre é possível descobrir o principal responsável pelas brigas, seja durante ou depois delas. O histórico escolar de cada aluno pode ajudar um pouco. Como regra, é de bom alvitre que a medida adotada pela escola, punitiva ou não, seja aplicada sobre todos contendores. Diante de uma briga, verbal ou corporal, os professores são orientados a encaminhar os contendores à direção e dependendo do resultado desta conversa os pais são chamados ou não.

Roubar ou destruir materiais utilizados na aula (da escola, do colega ou do professor) são comportamentos que a escola e o professor não devem permitir em aula, pois incorre em prejuízos para a escola e para os outros alunos. Para a escola por que a mesma terá que arcar com despesas de compra de um novo material e para os alunos, por que o professor ao parar para chamar a atenção do aluno, interrompe a aula e vai utilizar o tempo da mesma resolvendo problemas disciplinares.

Ao parar a aula, os alunos se dispersam e o próprio professor pode perder a noção do que estava falando e a aula acaba perdendo o sentido.

Esses atos de indisciplina incorrem em prejuízos materiais e pedagógicos para todos: alunos, escola e professor.

Libâneo (1991) afirma que a interação professor-aluno é um aspecto fundamental para se alcançar os objetivos propostos para uma aula.

Um aspecto a ressaltar da interação professor-aluno é o aspecto sócio-emocional, que diz respeito às relações pessoais entre professor e aluno e às normas disciplinares indispensáveis ao trabalho docente.

Nesse sentido o professor precisa aprender a combinar severidade e respeito. Cabe ao professor estabelecer normas, deixando bem claro o que espera dos alunos.

Em aula, o professor exerce uma autoridade que é um atributo da condição profissional e é exercida como um estímulo e ajuda para o desenvolvimento independente dos alunos. A todo o momento o aluno é esclarecido sobre qual é o seu papel na escola e qual é o do professor e sendo assim ele fica sabendo da autoridade que o professor tem e que isso precisa ser respeitado por ele para o bom desenvolvimento de sua aprendizagem e pela busca de conhecimentos. A equipe diretiva usa durante todo o dia diálogos constantes, não interessando a idade mostrando a importância de se estudar e levar a escola a sério para a conquista de um futuro melhor para ele e para sua família. Como a equipe conhece praticamente a maioria das famílias de todos os alunos e seus problemas, muitas vezes cita exemplos de moradores da comunidade que mesmo sendo pobres, discriminados, se sobressaíram bem na fase adulta por terem valorizado os conselhos e os conhecimentos adquiridos na escola quando estavam nela e mostra também casos que tiveram finais trágicos ao ignorar conselhos e ajudas recebidas pela escola na fase certa infância ou adolescência..

Autoridade e autonomia são dois pólos do processo pedagógico. A autoridade do professor e a autonomia dos alunos são realidades aparentemente contraditórias, mas de fato, complementares. O professor representa a sociedade, exercendo um papel de mediação entre o indivíduo e a sociedade. O aluno traz consigo a sua liberdade e individualidade. Entretanto, a liberdade individual está condicionada pelas exigências grupais e pelas exigências da situação pedagógica, implicando a responsabilidade.

Para Aquino (1996), em uma aula se tece uma complexa rede de relações. Mas na medida em que o professor não consegue perceber essa teia, ele concentra os conflitos ou na sua pessoa, ou em alguns alunos, não os deslocando, portanto, para o coletivo. Como não há reversibilidade de posições, forma-se uma rígida divisão entre aquele que sabe e se impõe e aquele que obedece e se revolta. Dessa forma cada um passa a ser movido por uma ordem, por uma obrigação que é imposta e não incorporada.

Muitas vezes o professor tem a ilusão de que o seu lugar será garantido se em

sua sala de aula conseguir manter sempre a ordem, mas às vezes lhe foge ao controle que outros fatores externos e até mesmo internos podem desestruturar a sua visão e a tranqüilidade se perde, a ordem acaba, mesmo que isso independa da sua vontade.

Ao mesmo tempo em que a ordem é necessária, o professor desempenha um papel violento e ambíguo, pois se de um lado ele tem a função de estabelecer os limites da realidade, das obrigações e das normas, de outro ele desencadeia novos dispositivos para que o aluno, ao se diferenciar dele, tenha autonomia sobre o seu próprio aprendizado e sobre sua própria vida.

Na sua ambigüidade, a indisciplina não expressa apenas ódio, raiva, vingança, mas também uma forma de interromper as pretensões do controle homogeneizado imposto pela escola. Tanto nas brigas (envolvendo alunos, professores e diretores) como nas brincadeiras, existe uma duplicidade que ao garantir a expressão de forças heterogêneas, assegura a coesão dos alunos, pois eles passam a partilhar de emoções que fundam o sentimento da vida coletiva.

Como os professores irão negociar os conflitos gerados pela indisciplina na relação professor-aluno? Não se trata de receitar formas que levem a essa negociação, mesmo porque não existe plano algum que solucione o problema da indisciplina em aula, de modo a eliminá-la por completo. O conflito está sempre presente, o que obriga a trabalhar, a cada momento, com todas as turbulências do dia-a-dia, e a partir desse trabalho diário, manter, construir ou ainda reconstruir um bom relacionamento professor-aluno onde ambas as partes se respeitem e se entendam.

Segundo Garcia (2002) trabalhar a indisciplina a partir de mecanismos de controle comportamental se trata de uma visão já superada do fenômeno. A visão que se tem atualmente é da indisciplina enquanto fenômeno de aprendizagem.

Desta forma, aquele aluno considerado indisciplinado não o é somente por haver rompido com regras da escola, mas porque não está desenvolvendo suas possibilidades cognitivas, atitudinais e morais (GARCIA, 2002).

Desta forma

[...] a indisciplina escolar não pode ser vista como existindo em si mesma, como uma qualidade inerente ao próprio comportamento, mas tem antes que ser analisada e compreendida no contexto da relação pedagógica em que a situação emerge e é categorizada enquanto tal. É no contexto da relação

pedagógica que o professor categoriza alguém ou algum ato como sendo indisciplinado e, sendo assim, ao mesmo tempo que emerge a relatividade deste conceito, é todo o contexto pedagógico que aparece implicado na situação e não apenas o sujeito que praticou um dado ato. (CARITA e FERNANDES, 1987, p.17).

2.3 Autoridade Profissional e a Relação Professor-Aluno

Segundo Libâneo (1991), uma das dificuldades mais comuns enfrentadas pelo professor é o que chamamos de “controle da disciplina”. Dizendo assim, dá a impressão que existe uma chave milagrosa que o professor manipula para manter a disciplina. Não é assim. A disciplina da classe está ligada diretamente ao estilo da prática docente, ou seja, à autoridade profissional, moral e técnica do professor. Quanto maior a autoridade do professor (no sentido que mencionamos), mais os alunos darão valor às suas exigências e mais fortes serão os laços que unem a relação professor-aluno.

A autoridade profissional se manifesta no domínio da disciplina (matéria) que ensina, e dos métodos e procedimentos em aula, no tato em lidar com os alunos e com as diferenças individuais, na capacidade de controlar o trabalho dos mesmos.

A autoridade moral é o conjunto das qualidades de personalidades do professor: sua dedicação profissional, sensibilidade, senso de justiça, traços de caráter e a forma de se preocupar com a manutenção da relação professor-aluno.

A autoridade técnica se manifesta na capacidade de empregar com segurança os princípios didáticos e o conteúdo da disciplina, de modo que os alunos compreendam e assimilem os conteúdos da mesma; sua relação com a atividade humana social e apliquem este conhecimento na prática, desenvolvendo capacidades e habilidades de pensarem por si próprios.

A disciplina em aula depende das características do professor, bem como um bom plano de aula que permite ao professor e aos alunos uma antecipação do andamento sistemático da aula, reduzindo as interferências, as conversas inadequadas e as desobediências que acabam por influenciar negativamente a relação.

Para a manutenção da relação professor-aluno um outro fator importante é a motivação dos alunos através de atividades significativas e compreensíveis para os

mesmos. Pois se estes estiverem envolvidos nas tarefas, diminuirão as oportunidades de distração e de indisciplina que acabam por desgastar professor e alunos.

É necessário pois, que a relação professor-aluno seja permeada de respeito e sensibilidade e que professor e aluno saibam como encontrar o equilíbrio necessário para resolverem os conflitos gerados.

Segundo Vasconcelos (1995), o professor deve ter clareza de seu papel, ter firmeza quanto à postura em relação à disciplina. Um dos pontos de estrangulamento para a construção da disciplina são as duas posturas extremas: de um lado, o professor que super-estima seu papel e por outro o professor que sub-estima seu papel.

Deve o professor ter convicção da proposta que está levando para os alunos, considerar aquilo de fato muito importante/significativo para os alunos, sentir que tem algo relevante a trabalhar com aquele grupo e que é algo novo e bom. Quando o professor não tem convicção daquilo que está propondo e o problema começa a manifestar, passa a não exigir tanto, não estabelecer limites e critérios; conseqüentemente, vão se acumulando as dificuldades, podendo chegar ao ponto de uma confusão generalizada na aula o ato, enquanto momento de construção de conhecimento, não precisa ser um ato silenciado, que reduz o professor à única condução “daquele que ensina” e faz o aluno não extrapolar sua condição de “sujeito que aprende”. Ao contrário o ato pedagógico é o momento do emergir das falas, do movimento, da rebeldia, da oposição, da ânsia de descobrir e construir juntos professores e alunos. Entretanto, a maioria das instituições é reconhecida pela sociedade.

Ter respeito para com os alunos é uma das necessidades de postura de um professor consciente. Deve também exigir respeito dos alunos para com os colegas e para consigo. Pois ao surgir o problema ficará mais fácil, tanto para a classe, quanto para o professor trabalhar com o mesmo. Quando a disciplina é construída coletivamente, quando todos se envolvem, reconhecem que a indisciplina neste caso significa uma agressão a todos e não mais ao professor ou à escola. O professor deve propiciar a construção das regras em conjunto, que não devem ser muitas e nem muito rígidas, e deverão ficar afixadas em lugar visível. Essas regras devem ser explicadas aos alunos, dizer a eles o porquê das mesmas para que eles percebam que não estão submetidos

a uma força estranha a si mesmos. Que estas regras são necessárias para facilitar a convivência entre eles e os colegas e entre eles e o professor. (BRASIL, 1997, p. 56)

Nos casos em que houver desentendimento, é importante lembrar como as regras foram estabelecidas e quais suas funções, tentando fazer com que as crianças cheguem a um acordo. Caso isso não ocorra, o professor pode assumir o papel de juiz, explicitando que essa é uma forma socialmente legítima de se atuar em competições, e então arbitrar uma decisão. É essencial que, em situações de conflito, as crianças tenham no adulto uma referência externa que garanta o encaminhamento de soluções. (BRASIL, 1997, p.56)

O papel do diretor escolar vem tomando novos rumos, pressionado pelo contexto da sociedade que exige uma educação voltada para o sentido da vida humana e que a indisciplina escolar deve ser encarada como fenômeno de aprendizagem, ou seja, além daquilo que ocorre no contexto da sala de aula todos os seus intervenientes devem ser considerados.

Entendemos que por ser o profissional de educação que estabelece um contato direto e um ponto em comum com o trabalho docente e com o discente, cabe ao diretor escolar fomentar discussões sobre o processo ensino-aprendizagem e a indisciplina escolar. Dessa forma, cabe ao diretor escolar analisar, em ação conjunta com os professores, as contradições existentes entre o fazer pedagógico e a proposta pedagógica da escola. Também é necessário que o mesmo demonstre, fundamentado cientificamente, que quando se trata de indisciplina na escola as ações voltadas para a prevenção desta são mais eficazes do que medidas baseadas em mecanismos de intervenção, ou seja, é fundamental que se avance para uma mentalidade preventiva quando o assunto é indisciplina escolar, encarando esse fenômeno como previsível e deixando de vê-lo apenas no nível de intervenção.

Como relatado, a escola adota o caderno de ocorrências, que não deixa de ser um ótimo mecanismo de frear a indisciplina, pois nele diariamente a sua vida é acompanhada e suas ações registradas se não tiverem a contento e de acordo com o Regimento Escolar que lhes é apresentado sempre no início do ano letivo e no decorrer dele se houver necessidade. Também nas primeiras reuniões do ano com os pais, todas as recomendações e avisos relacionados à disciplina ou à falta dela já são dados e como a escola age se necessário for e solicita que eles, pais, já vão preparando seus

filhos em casa para que estudem realmente, respeitem e tenham compromisso para evitarem problemas para todos: alunos, pais e escola.

2.4 Gestão Democrática

O artigo 205 da Carta Constitucional que reza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p.38). Se é dever de todos, a escola não pode ser responsabilizada sozinha se por ventura houver algum fracasso ou dificuldade que impeça o bom desenvolvimento do aluno na escola. Assim como também, se todos os responsáveis assumirem os seus papéis, o sucesso dos alunos terá a participação e contribuição de todos.

Segundo CURY (1996), a escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como um bem público. Ela não é uma empresa de produção ou uma loja de vendas. Assim, a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais conseqüentes com a democratização da escola brasileira em razão de seus fins maiores postos no artigo 205 da Constituição Federal.

Gestão é um termo que provém do latim e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito e um dos substantivos derivado deste verbo nos é muito conhecido. Trata-se de gestation ou seja gestação isto é: o ato pelo qual se traz dentro de si algo novo e diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provêm os termos genitora, genitor, germen. A gestão, neste sentido, pode, por analogia, ser comparável àquela pela qual a mulher se faz mãe ao dar a luz a uma nova pessoa humana. Pode-se vislumbrar aqui uma postura metodológica que implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas na arte de governar.

Nesta perspectiva, a gestão democrática implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos. A gestão democrática da educação é,

ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta. Por que concreta? Porque o concreto nasce com e cresce com o outro. Este caráter genitor é o horizonte de uma nova cidadania em nosso país, em nossos sistemas de ensino e em nossas instituições escolares.

Afirma-se, pois, a escola como espaço de construção democrática, respeitado o caráter específico da instituição escolar como lugar de ensino/aprendizagem. A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta.

A implantação da gestão democrática nas escolas contribui e muito para uma educação de qualidade, isso ainda é muito pouco, pois muitas vezes não sai do plano teórico, já que não se efetiva realmente nas escolas. Uma das primeiras providências, no nosso entendimento, é compreender o conceito de gestão democrática, que é assegurada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo nº 206 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, no artigo 14, como já exposto acima, que garantem a todos os indivíduos que fazem parte da comunidade escolar o direito de participar das decisões a serem tomadas dentro do ambiente escolar.

Na Escola Municipal Paulo Freire, conta-se também com o Conselho Escolar que em casos muito extremos discute os maiores problemas e juntos procura a melhor solução para o fim grave de uma indisciplina. O Conselho Escolar se reúne periodicamente e toma conhecimento de tudo o que acontece na escola e em suas proximidades e assim ajuda a equipe diretiva encaminhar as discussões feitas à cerca

do problema detectado. Como em casos graves, os responsáveis são chamados, o Conselho Escolar também é convocado a participar dessas reuniões a fim de mostrar aos pais que existem mais pessoas empenhadas em ajudar e resolver um problema que por causa de poucos pode prejudicar a muitos.

Gestão democrática que enfatiza a importância do diálogo e respeito mesmo quando existam divergências de idéias. Embora garantida por lei os princípios da gestão democrática ainda não se concretizaram, pois no interior das escolas ainda se encontram resquícios do autoritarismo de outrora e também porque a escola ainda é reprodutora da ideologia da classe dominante. Isso não significa ser impossível a transformação da escola que aí está. Não é fácil fazer isso acontecer, depende de muitos fatores que às vezes foge ao controle dos nossos desejos, pois envolve muitas pessoas e cada uma tem uma forma de ver as coisas e fazerem acontecer, só não se pode duvidar ou cruzar os braços esperando que tudo se resolva sozinho. A escola pode e deve contribuir para a transformação social, embora não seja a única responsável por isso. Para tanto, deve procurar atender aos interesses daqueles que dela fazem parte, ou seja, os filhos daqueles que pertencem às classes menos favorecidas, filhos dos trabalhadores que, em sua maioria a partir do momento em que nascem já são excluídos pela sociedade.

Percebe-se, então, que a gestão democrática vai além da questão administrativa e burocrática, expandindo-se a horizontes maiores onde a participação, o compromisso e o diálogo a respeito das dificuldades, objetivos e conseqüências das decisões tomadas permeiam o cotidiano escolar. A concretização dos princípios da gestão democrática acontece quando se compreende que por meio da participação, do envolvimento e comprometimento com o Projeto Político Pedagógico estabelecido está-se exercendo o direito a cidadania, onde, no coletivo, as pessoas responsabilizam-se pelo que se faz, se fez e o que deve ser feito, superando os interesses individualistas e contribuindo para a formação do cidadão responsável e também para repensar as estruturas do poder autoritário que ainda podemos vislumbrar em nossa sociedade capitalista onde a escola foi colocada a mercê dos interesses de mercado.

Sabedores da urgência da análise das questões referentes a esse tema a equipe gestora deve se comprometer em reavaliar o papel da escola e definir o que se

pretende realmente por meio dela: reproduzir a sociedade desigual e que reflete na escola os problemas da mesma ou buscar estratégias de superação por meio de ações concretas que resgatem a função histórica da escola e de seus sujeitos para a construção de uma educação com qualidade social e assim obter meios para lutar contra o que está sendo imposto aos educadores e à própria sociedade.

Segundo Vasconcelos (1995), mesmo com todo um trabalho educativo e preventivo, os problemas acontecem e surgem os conflitos. Seria ingenuidade imaginar que o aluno não cumpriria a regra construída por ele próprio. O que fazer então? O enfoque tradicional para enfrentar a indisciplina tem sido o “sermão” e a punição. Como superá-lo?

O problema da disciplina não se resolve “com o passar do tempo”, ao contrário, com “o tempo” só se avoluma se agrava e multiplica! Se logo no começo do ano o professor não estabelece o clima de trabalho em aula, as coisas vão se acumulando, chegando a um ponto em que nem é capaz de identificar os alunos com maiores problemas disciplinares. É preciso parar para fazer uma revisão geral do problema, dar atenção, investigar. Partir da realidade, analisar a história do aluno e/ou da classe: que experiências teve nos anos anteriores, que visão tem da escola, da disciplina, daquela matéria específica, do professor.

Diálogo é fundamental para superar os problemas de disciplina, mas o diálogo no verdadeiro sentido. O professor deve tratar o aluno como ser humano: procurar fazê-lo refletir sobre o que está acontecendo, ajudá-lo a compreender as causas de seu comportamento, colaborar com o aluno. No contato com os alunos, para que haja efetivo diálogo, o professor precisa saber ouvir, deixar o aluno se colocar. Só o fato de poder falar, já favorece muito. O diálogo precisa ser constante e diário com todos os envolvidos na melhoria da educação e principalmente, na melhoria do processo ensino-aprendizagem da escola. Mas não dá para resolver tudo no coletivo, em alguns momentos há a necessidade de se dialogar no particular, só com os interessados mesmo, pois muitas vezes, os problemas da indisciplina é por falta de ter quem os escute, quem se compadeça com seus sofrimentos, quem somente funcione como ouvinte amigo. Tem que se estar atento ao aluno que escapa à coletividade ou que resiste a ela, e saber desenvolver uma ação paralela, sem discursos, que dê ao aluno

condições de compreender as origens de seu comportamento. As situações de conflito devem ser enfrentadas no âmbito em que ocorrem. Trata-se de superar encaminhamentos de alunos para a direção, ou ainda as convocações de pais, ou seja, o professor, ao surgir o conflito, deverá se esforçar para resolvê-lo durante a aula, individual ou coletivamente. Deve-se procurar resolver o problema diretamente com o aluno ao invés de deixá-lo nas mãos de outros (direção, pais). Se não tiver êxito, aí sim, procurar ajuda de colegas, da orientação, da coordenação.

Os alunos que apresentam problemas de disciplina precisam de uma ação educativa apropriada: aproximação, diálogo, investigação das causas, abertura de possibilidades de integração no grupo, etc. e no limite, se for necessário, a sanção por reciprocidade, qual seja uma sanção que tenha a ver com o comportamento que está tendo, se o aluno insiste na indisciplina, deve ser privado da convivência e orientado, até que deseje retornar com uma nova postura.

O sentido da sanção deve estar no alterar a rotina para fazer pensar, ajudar a uma tomada de consciência, reparar a falta cometida. As sanções não dão resultado se não há uma linha correta de trabalho. A equipe diretiva tem que pensar bem para não sancionar sem ter avisado antes o que esperava. Não aplicar sanção de tamanho desproporcional à falta cometida. Não prometer algo que não possa cumprir. A sanção deve ser usada como último recurso no caso de transgressão à regra e após um trabalho de orientação.

De acordo com o exposto a equipe diretiva juntamente com a coordenação e professores da Escola Municipal “Paulo Freire” atuam com estes alunos em conjunto, usando de muito diálogo e atenção, mas mantém para cada turma uma agenda de acompanhamento utilizada por todos os professores daquela turma, onde são anotadas diariamente as ocorrências ou atitudes de cada aluno (indisciplina com o professor ou qualquer colega e funcionário da escola, falta de dever de casa, dever incompleto, falta de material pedagógico, trazer material alheio à sua necessidade e aprendizagem) que influenciem de forma negativa e até mesmo positiva no processo ensino-aprendizagem. Também mantém um caderno que se destina a anotar as ocorrências dos alunos quando o professor o encaminha para a direção e essa faz uma conversa sobre o fato, registra no caderno diferente ou quando acontece no horário de recreio ou em outros

momentos e que seja um fato grave, o mesmo leva para casa um bilhete relatando o fato e que deverá ser assinado por um responsável. Em caso de reincidência o aluno é encaminhado para casa e o mesmo deverá voltar acompanhado pelo responsável. A conversa com o responsável é feita com o professor, equipe diretiva e coordenação, onde são apresentadas ao responsável as ocorrências do aluno. Toda a conversa feita com o responsável juntamente com o aluno, é registrada no caderno de ocorrência da direção e é assinada por todos no final. Cabe ressaltar aqui que até chamar o responsável deste aluno o mesmo já foi atendido individualmente pelo professor (instrução que o professor recebe), pela coordenação e pela direção e que o responsável realmente é chamado somente quando todas as formas de diálogo foram esgotadas. Juntamente com o responsável e o aluno a escola tentará formas de enfrentar o problema e até mesmo resolvê-lo na medida do possível. Após a conversa com o responsável, após todas as tentativas de diálogo feitas, se o aluno insiste no comportamento inadequado para uma escola séria e comprometida, o mesmo é encaminhado a um órgão existente na Prefeitura Municipal, mais precisamente na Secretaria Municipal de Educação que é o SIDE (Setor de Integração e Desenvolvimento do Educando) e este órgão vem até a escola e conversa com o aluno fazendo suas primeiras observações a respeito do mesmo e encaminhará este aluno para outros programas coordenados pelo setor citado, assistência familiar, palestras, psicólogos e se necessário faz encaminhamento para o Conselho Tutelar também para passar a acompanhar e dar assessoria e se de tudo não houver retrocesso nesse comportamento, o setor responsável solicita da escola um relatório completo com cópias de todas as ações feitas pela escola, registros, anotações, bilhetes assinados pelos responsáveis e o encaminha para a Promotoria, Vara da Infância. Se até aí o Conselho Tutelar não tiver feito nada, ou pouco, o juiz o chama na responsabilidade e determina o que deve ser feito e passa a cobrar do Conselho ações mais efetivas e acompanhamentos dos pais desses alunos também de forma que o problema seja solucionado para evitar que o aluno caia na marginalidade e não tenha muita chance de se recuperar.

3 CONCLUSÃO

Pode-se perceber através desta análise, que todas as mudanças pelas quais família e escola vêm passando, estão relacionadas a aspectos como a mudança da sociedade, e à imposição de contra valores ao indivíduo, como sexo e drogas, que o levam, na maioria das vezes, a ser indisciplinado consigo mesmo, se violentando e causando indisciplina e violência na escola da qual faz parte e que a mesma, como instituição, está em crise e não tem mais definido o seu papel e portanto não tem como orientar seus alunos, ficando assim prejudicado o processo ensino-aprendizagem e a relação professor-aluno. Para Aquino (1996), em meio a tantas mudanças, o trabalho da escola não é o de fixar, através de certas receitas, comportamentos invariáveis, mas o de criar segundo seus objetivos e as características daquilo que ensina, disciplinas e métodos de ação e pensamentos que são considerados valiosos. Ter um método para transmitir disciplinas não é ter um discurso sobre disciplina, mas é criar uma maneira de trabalhar. Tal maneira será tanto mais eficaz quanto mais a escola tiver clareza de objetivos e procedimentos dos conteúdos ou áreas de conhecimento com os quais deseja trabalhar.

Portanto, antes de se rotular uma atitude como indisciplinada, é preciso analisar os aspectos citados anteriormente e os ocultos que estão provocando esta atitude. Somente após minimizar ou solucionar os problemas causados por esses aspectos, é que se poderá exigir dos alunos que ajam de acordo com os aspectos disciplinares impostos pela escola.

Enfim, quando as ações disciplinares estiverem alinhadas ao projeto pedagógico da escola como resultado de uma construção coletiva baseada na reflexão por parte da comunidade escolar, entre os quais encontram-se professores e coordenadores, certamente a prioridade recairá sobre a prevenção da indisciplina escolar, reduzindo, com isso, situações de estresse e exaustão por parte dos professores e demais membros que compõem a equipe pedagógica da escola. Em situações contrárias a essa, ou seja, aquelas nas quais se prioriza a prática de mecanismos intervencionistas, certamente os problemas relacionados à indisciplina escolar tenderão a se repetir, a se aprofundar, tornando-se, conseqüentemente crônicos.

4 REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas**. 9ª ed. São Paulo: Summus, 1996; Piaget, J. Estudos Sociológicos. Rio de Janeiro: ed.Forense, 1973;.2

AQUINO, Júlio Groppa. **Indisciplina na Escola, Alternativas Teóricas e Práticas**, São Paulo: Summus Editorial, 1996.

BRASIL/LDBEN nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. MEC, 1996

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CONSTITUINTE BRASILEIRA, 1823 – 1988. Campinas: Associados, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O DIREITO À EDUCAÇÃO**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola,1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, 33ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FLEURI, R.M. (1997). **Educar para quê?** São Paulo: ed. Cortez;1997.

GARCIA, J. **Indisciplina na escola**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan./abr. 1999.

GARCIA, J. **Indisciplina na escola: alguns aspectos críticos para a gestão Educativa**. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN DE LA EDUCACIÓN, 6, 2002 Universidade Católica do Chile, Santiago, 2 e 3 de maio 2002.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**, São Paulo: Cortez, 1991.

SILVEIRA, Lucilene A. **A questão de disciplina e a relação educador/educando**. Adaptação da apostila: Competência Interpessoal na Prática Educacional, 1 996.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **Disciplina a Arte do Coração Inteligente**, São Paulo: Edições Loyola, 1 996.

TIBA, Içami. **Disciplina: o Limite na Medida Certa**. São Paulo: Editora Gente, 1996.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **(In) Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**.16.ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006. (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 4).

VASCONCELOS, Celso dos S. **Os desafios da Indisciplina em sala de aula e na escola**. Publicação: Série Idéias n.28. São Paulo: FDE, 1997;SIL

5 ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE**

MIRALDA RAMOS DE OLIVEIRA

BELO HORIZONTE

2010

MIRALDA RAMOS OLIVEIRA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE

BELO HORIZONTE
2010

Tecer o Projeto Político Pedagógico exige acima de tudo a busca da identidade de uma instituição, sua intencionalidade e seus compromissos, a busca de uma linguagem comum, vontade de mudar.

Ana Célia Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 FINALIDADES DA ESCOLA	07
2.1 OBJETIVOS	09
2.2 VISÃO ESTRATÉGICA	10
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
3.1 ADMINISTRATIVA	11
3.2 PEDAGÓGICA	14
4 CURRÍCULO	16
5 PROCESSO DE DECISÃO	17
6 TEMPOS ESCOLARES	19
7 RELAÇÃO DE TRABALHO	21
8 AVALIAÇÃO	23
9 CONCLUSÃO	25
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1 INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Paulo Freire, situada à Rua Rio São Francisco, 630, no bairro Parque das Águas, foi inaugurada em 13 de maio de 1999 no governo do então prefeito João Magno de Moura. Foi criada pela Lei Municipal nº 1.688 de 13/05/1999, Portaria de Funcionamento nº 286-2000. Passou por várias fases de funcionamento, desde 1988 até os dias atuais. Durante alguns anos atendeu ao Ensino de Pré-Escolar ao 1º grau (1ª a 4ª séries). Iniciou suas atividades como escola anexa da Escola Municipal Márcio Andrade Guerra. O prédio contava apenas com cinco salas de aula, funcionando em dois turnos; 07h às 11h10min, 13h às 17h10min. A origem do nome da escola é em homenagem ao ilustre cidadão brasileiro e grande educador Paulo Freire. Em 1993 a escola foi ampliada em mais uma sala de aula, sendo assim designada de escola de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.

A escola localiza-se no bairro Parque das Águas, antigo bairro Planalto o qual se caracteriza por diferentes categorias de trabalhadores. Sendo próximo ao centro da cidade, possui a maior parte da economia voltada para o comércio, prestação de serviços gerais, trabalho informal e a siderurgia, em virtude da grande indústria USIMINAS (Usina Siderúrgica de Minas Gerais).

Este Estabelecimento é mantido pelo Governo Municipal. Atualmente, atende em dois turnos os alunos da Educação Infantil, e do Ensino Fundamental de nove anos. Adota o sistema de ciclos, o qual permite que se respeitem os diferentes tempos dos educandos. Sendo suas características mais importantes a flexibilização da organização curricular, acompanhamento e consolidação da aprendizagem dos alunos com base em descritores curriculares. Hoje estão matriculados 354 alunos nos dois turnos sendo: 182 no matutino, 172 no vespertino.

A garantia da autonomia das escolas tem possibilitado a vivência e a liberdade de elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico, como descreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9394/1996).

A construção do Projeto Político Pedagógico tem firme compromisso com a descentralização de poder constituindo um processo participativo de integração entre escola e comunidade. Considerando este processo, foram realizados pequenos encontros e entrevistas por segmentos e coletivos, trabalhos em grupos, exposição de suas conclusões através de debates e plenárias com a

participação de toda comunidade escolar.

2 FINALIDADES DA ESCOLA

A escola está inserida num contexto de vulnerabilidade social, cultural e econômica, com um grande número de alunos, vivendo sob a responsabilidade das avós, às vezes só com a mãe, ou seja, vivenciando o drama da desestruturação das famílias. Muitos alunos freqüentam as creches no contra turno, outros ficam sozinhos em casa, assumindo responsabilidade dos adultos, sujeitos à marginalidade. Apesar dos problemas sócio-culturais e econômicos enfrentados pela comunidade, conta-se com a participação significativa dos mesmos nos eventos organizados pela escola.

Os educandos em sua maioria são receptivos, carinhosos e participativos, apesar de ainda hoje um pequeno número apresentar dificuldades e defasagem de aprendizagem, distorção idade/ano do ciclo, problemas gravíssimos de indisciplina (problema este que gera um enorme desgaste e se constitui em um grande desafio e entrave no processo de gestão), infrequência, desmotivação, falta de acompanhamento familiar, agressividade e problemas relacionados à saúde; fatores estes que comprometem e muito o processo ensino-aprendizagem.

O maior desafio desta instituição é vencer essas dificuldades, através de uma metodologia diferenciada, atendimento individualizado, ênfase na sistematização, maior participação da família, comprometimento do poder público, visando à qualidade do ensino, a eficácia e a equidade, acreditando que apesar de todos os obstáculos, o aluno é sempre capaz de aprender.

Freire(1998) nos ensina que “a educação é uma resposta da finitude da infinitude”. Portanto, se educar é fazer-se continuamente diante do inacabamento humano; é improcedente continuar privilegiando a improdutividade da escola. A escola que se quer é a escola progressista e coletiva.

Neste sentido, a estrutura por ciclos operacionaliza de forma mais ampla um enfrentamento quanto ao fracasso escolar, já que além de apontar para o contínuo da formação do educando, contém uma perspectiva educacional onde há respeito, entendimento e investigação sobre os processos sócio-cognitivos de produção do conhecimento, pelos quais passa cada educando.

A filosofia da escola é de uma escola inclusiva, na medida do possível. Para tanto, organizou-se e sequenciou-se o percurso escolar na Rede Municipal, a

saber: combate à cultura da repetência, reestruturação do projeto curricular, novas abordagens metodológicas, avaliação processual, aperfeiçoamento dos educadores, flexibilização da grade curricular, maior inserção dos pais na escola, autonomia no gerenciamento dos recursos financeiros e a garantia de maior interação na relação professor-aluno.

O trabalho pedagógico deve possibilitar a formação de sujeitos críticos, criativos, dominadores de diversos saberes, autônomos, desenvolvendo o aprender a aprender. Contudo, para isso, é preciso que o olhar seja dirigido de uma forma diferente a estes sujeitos de possibilidades que se educam.

2.1 OBJETIVOS

2.1.1 OBJETIVOS GERAIS

- Criar condições para o desenvolvimento de uma educação democrática humanista, totalmente comprometida com a transformação social, a partir da realidade na qual a escola está inserida.
- Garantir aos adolescentes e pré-adolescentes retidos por mais de uma vez o direito de uma educação que permita sanar suas defasagens pedagógicas.

2.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Criar condições favoráveis à melhoria da qualidade de ensino incentivando o uso de recursos pedagógicos e de novos espaços formadores;
- Oportunizar a apropriação do conhecimento elaborado, tendo como referência a realidade do aluno;
- Possibilitar um maior envolvimento da família nas questões e discussões educacionais e nas atividades pedagógicas da escola, em parceria escola X família;
- Incentivar e definir a aplicabilidade de novos instrumentos de avaliação;
- Aproveitar melhor o tempo destinado aos encontros coletivos de reflexão sobre a escola e seus problemas buscando alternativas para sanar as dificuldades encontradas;
- Propiciar momentos de avaliação, auto-avaliação;
- Formar seres humanos conscientes de seu papel, de seus direitos, limites e deveres, interpondo-os na sociedade;
- Divulgar os resultados do ensino-aprendizagem para toda a comunidade escolar;
- Incentivar os professores a trabalharem com o resultado das avaliações internas e externas;

2.2 VISÃO ESTRATÉGICA

2.2.1 Valores

Ética, solidariedade, justiça, respeito e excelência.

2.2.2 Visão de Futuro

Ser uma escola de referência pela qualidade de ensino, respeitando e valorizando os alunos, em suas necessidades e potencialidades, formando cidadãos éticos e comprometidos com a sociedade em que vivem.

2.2.3 Missão

- Elaborar e executar uma proposta pedagógica que atenda a realidade escolar promovendo parcerias com a comunidade para efetivação do seu projeto buscando a formação de cidadãos capazes, éticos, solidários e justos.

- Avaliar continuamente e promover a recuperação de conteúdos aos educando com baixo rendimento, informando aos pais e/ou responsáveis sobre a vida escolar de seus filhos.

- Oferecer subsídios aos profissionais da unidade de ensino para desenvolver um trabalho harmonioso e de qualidade.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 ADMINISTRATIVA

3.1.1 Recursos Humanos

A escola possui em seu quadro os seguintes profissionais: um coordenador pedagógico, nove professores efetivos, um professor contratado, uma secretária, duas auxiliares de secretaria, uma diretora, uma vice-diretora e sete auxiliares de serviço. As atribuições de todos esses funcionários constam no Regimento Escolar (2007), único para todas as escolas municipais.

3.1.2 Recursos Didáticos

Dispomos de livros didáticos, dicionários, revistas, livros de pesquisa e literários, mapas, globo, mimeógrafos, impressoras, atlas geográfico, planetários, microscópio. Quanto aos recursos técnicos, a escola possui hoje: data-show, notebook, retroprojektor, vários computadores, televisão grande e pequena, DVDs, som (mp3).

3.1.3 Recursos Financeiros E Recursos Físicos

A Escola Municipal Paulo Freire recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Como não atingiu a meta proposta pelo Governo Federal no Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), também está recebendo recursos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Estes recursos são em dinheiro dispostos no caixa escolar através de uma conta bancária em nome dos gestores da escola, no caso a E.M.Paulo Freire e prestado conta ao conselho escolar para que possam acompanhar a utilização destes recursos conforme a necessidade e o destino de cada verba. Outras vem do órgão municipal que disponibiliza a maior parte para a compra de materiais de limpeza, materiais pedagógicos e reformas na estrutura física. Devido ao incentivo do MEC a escola também está recebendo uma verba para implantação do Programa Mais Educação.

O quadro abaixo apresenta a estrutura física da escola e suas condições de uso:

Dependências	Quantidade	Condições de utilização*		O que está inadequado?
		Adequada	Inadequada	
Diretoria	01		X	Espaço pequeno
Secretaria	01		X	Espaço pequeno
Sala de professores	01	X		
Sala de coordenação pedagógica	01		X	Espaço pequeno
Sala de leitura ou biblioteca	01		X	
Sala de aula	07	X		
Almoxarifado	01		X	Didático e limpeza no mesmo espaço, pequeno.
Despensa	01	X		
Recreio coberto	01			Muito pequeno
Quadra de esportes coberta	01		X	Em construção
Circulações internas	01		X	Pequena
Cozinha	01	X		
Sanitário dos funcionários	01	X		
Sanitário dos alunos	08	X		Todo reformado
Sala de reforço escolar	01		X	Improvísada

Sanitário para cadeirantes.	01			Em construção
Acessibilidade para cadeirantes	02			Em construção

Fonte: Escola Paulo Freire-Plano Desenvolvimento da Escola (PDE)

3.2 ESTRUTURA PEDAGÓGICA

O compromisso pedagógico da Escola Municipal Paulo Freire é percorrer um caminho de transformação, não se limitando a reproduzir experiências, mas que partindo delas, cada um se sinta desafiado a criar, propor novas abordagens e alternativas para obtenção de sucesso do aluno.

A escola ministra a Educação Infantil, o Ensino Fundamental de nove anos e o Projeto de Aceleração: atende a duas turmas com 25 alunos na Educação Infantil, onze turmas no Ensino Fundamental de nove anos e a três turmas de Aceleração, que é um Projeto do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em parceria com a Prefeitura Municipal para ajudar alunos com distorção idade/série e defasagem de aprendizagem.

A escola, organizada em ciclos, se situa como um tempo/espço destinado à convivência dos alunos, à experiência social, valorizando seu desempenho no ano anterior do ciclo, em curso.

A educação na rede Municipal de Ipatinga é organizada em ciclos, assim definida:

1º Ciclo: 1º ano: atende as crianças de seis anos;

2º ano: atende as crianças de sete anos;

3º ano: atende as crianças de oito anos.

2º Ciclo: 1º ano: atende as crianças de nove anos;

2º ano: atende as crianças de dez anos.

A organização do trabalho escolar em ciclos infere a reflexão sobre a aprendizagem, a formação integral do educando para a cidadania e o compromisso social e a qualidade do ensino da instituição escolar pública.

Conta-se com 340 alunos atendidos em dois turnos, de 7 h às 11h15 min. e de 13h às 17h15min. Nos dois turnos têm Ensino Fundamental e Educação Infantil, e as turmas de Aceleração, esta última, divididas nos turnos conforme o nível de defasagem de conteúdo, atendendo desta forma as necessidades da comunidade escolar.

A escola participa de projetos extracurriculares que envolvem as demais unidades escolares da Rede Municipal de Educação: Projeto Resgatando Valores, Semeando, Xerimbabo, Projetos desenvolvidos pelo Parque da Ciência, Educação Ambiental, entre outros.

Alguns são realizados pela escola, sempre em consonância com o plano de curso

do professor, interagindo com as disciplinas relacionadas aos Temas Transversais como, Aniversário da escola e da cidade, Festa da Família, Mostra Cultural, Festa Junina, Cantata de Natal, Festa da Primavera, Semana da criança, Dia do Professor e do Diretor.

O diretor da escola deve dedicar não menos de 50% de sua jornada diária à coordenação dos assuntos pedagógicos da escola, bem como sempre que possível, junto a sua equipe pedagógica:

- Incentivar a construção de projetos institucionais ou específicos;
- Promover momentos de estudos troca de experiências, reflexões sobre a prática educativa;
- Promover a socialização das informações necessárias, propiciando o bom desenvolvimento das ações pedagógicas;
- Estimular o maior comprometimento com o ensino-aprendizagem;
- Avaliar, auto-avaliar, reavaliar, para redirecionamento das ações;
- Assessorar os educadores na construção do seu planejamento, orientando na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos mais adequados ao alcance dos objetivos curriculares. Articular o trabalho coletivo na escola.

4 CURRÍCULO

No Brasil, desde 1995-1996, dispomos de padrões claros de desempenho e de avaliações, como por exemplo, as matrizes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e dos estados, e suas escalas de proficiência, e as diretrizes curriculares nacionais - baseadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ou ainda as diretrizes dos sistemas estaduais e municipal de ensino.

A apropriação do saber historicamente construído e socialmente valorizado passa pela elaboração coletiva de uma proposta curricular que leve o aluno a ampliar seu acervo de conhecimentos e, mais do que isso, que o leve a envolver-se com o conhecimento, valorizando a aprendizagem sobre a realidade e o desenvolvimento de competências que lhe permitam novas leituras para uma intervenção crítica e construtiva da realidade.

Considerando a educação como um processo de constantes mudanças, a Proposta Curricular da Secretaria Municipal de Educação elaborada juntamente com os professores de cada unidade de ensino de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9393/96 (LDBEN) e com os Parâmetros Curriculares Nacionais, com abordagens interdisciplinares e contextualização, é discutido e compartilhado com o grupo de professores, por ano e ciclo. A partir daí cada professor elabora o seu plano de curso.

O professor faz seus registros em portfólio, bem como todo acompanhamento do desempenho de seus alunos, suas ações e o resultado alcançado.

5 PROCESSOS DE DECISÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 define como incumbências da escola “elaborar e implementar o seu projeto pedagógico, zelar pela aprendizagem dos alunos, assegurar-lhes oportunidades de recuperação e promover a cooperação entre a escola e as famílias dos estudantes”. Seguem-se no art. 13 as incumbências do professor: “participar da formulação e da implementação do projeto pedagógico da escola, elaborar e realizar o seu plano anual de curso, zelar pela aprendizagem dos alunos e assegurar-lhes oportunidades de recuperação”.

Na esfera da escola e de sua autonomia cumpre-lhe assegurar a elaboração e a implementação do Projeto Político Pedagógico, do Plano Anual e do Portfólio do Professor (para o registro e a análise regulares de aprendizagem e da qualidade das práticas pedagógicas do docente), ações que desenham a identidade pedagógica e cultural da escola e a sua organização e funcionamento como um ambiente de aprendizagem.

A partir de 2005, um novo sistema de escolha de diretores escolares foi estabelecido. Diferentemente das eleições anteriores, os candidatos aos cargos deveriam fazer um “Pré-Projeto” de Gestão para ser apresentado aos interessados: a comunidade escolar e a Secretaria Municipal de Educação, que juntamente com uma equipe de consultores faria a apreciação do trabalho.

Além disso, cada candidato a diretor fazia a apresentação de seu trabalho diante de uma banca examinadora composta por três educadores de universidades federais, que apreciavam o trabalho e sua exposição, atribuindo nota, com o objetivo de avaliar o conhecimento, as competências e as habilidades do “gestor”.

Para finalizar, o candidato passa pelo processo eleitoral, com a participação da comunidade escolar – alunos, pais e funcionários da escola.

A construção de uma gestão democrática só faz sentido quando fortalece a representatividade com outras formas de participação coletiva, através de insistências colegiadas ou assembléias.

O objetivo é criar e incentivar a participação de órgãos de gestão que garantam a representatividade, a continuidade e a legitimidade da participação popular. Dentre esses destacamos o Conselho Escolar e o Conselho de Classe. O Conselho Escolar

é a instituição que coordena a gestão escolar, composta por professores, funcionários, alunos e pais, estes são responsáveis pelo estudo e planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia-a-dia escolar, tanto no campo pedagógico como no administrativo e financeiro, sendo estes participantes diretamente eleitos. No entanto o conselho de classe é um processo que compete aos professores e coordenadores pedagógicos da escola, este se dá ao final de cada etapa bimestral para avaliar como o educando desenvolveu nos conteúdos aplicados, caso contrário quais os fatores que levaram a esta dificuldade, e quais as estratégias para que ele possa atingir os objetivos propostos. Essas organizações podem ampliar a participação popular e a qualidade da gestão democrática.

Os diretores criaram o Colegiado de Diretores, que se reúne mensalmente para discutir as lides e apresentar as conclusões à Secretaria de Educação, favorecendo decisões participativas.

6 TEMPOS ESCOLARES

A programação anual da escola assegura o cumprimento da LDBEN 9394/ 96 que dispõe sobre o ano letivo de 200 dias de aulas ou no mínimo de 800 horas letivas. O calendário escolar é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, que passa para apreciação do Colegiado de Diretores. Cada gestor submete o documento à apreciação de sua equipe de professores para os ajustes pretendidos. Posteriormente os registros são apresentados ao Departamento Pedagógico (DEPEG) da Secretaria Municipal de Educação (SME), que, primam pelo cumprimento das normas legais, acata ou não as novas mudanças propostas.

No mês de julho, normalmente professores e alunos contam com recesso a partir da terceira semana. As férias escolares acontecem no mês de janeiro, quando professores também gozam das férias trabalhistas.

A equipe diretiva goza as férias em período diverso dos docentes, de forma a permitir um bom planejamento das atividades anuais.

O professor dispõe de 20% de sua jornada de trabalho fora da sala de aula para realização de atividades de estudo, planejamento, discussão e resolução de assuntos relevantes.

São previstas em calendário reuniões pedagógicas (dias escolares), agendadas para o final de cada bimestre letivo, quando os educadores realizam o Conselho de Classe. E ainda a participação em festas, celebrações cívicas, sociais e culturais.

As avaliações externas acontecem conforme os órgãos superiores determinam a Secretaria Estadual de Educação e o Ministério da Educação e Cultura, sem intervir no Calendário Escolar.

Trabalham na escola vinte professoras fixas todas com curso superior. Sendo cinco desses professores com extensão de carga horária na mesma escola.

Os professores fazem uso dos Descritores Curriculares, Diretrizes Curriculares do Município, resultados das avaliações sistêmicas externas, resultados das avaliações bimestrais, construção do plano de curso anual e bimestral. A cada bimestre os objetivos, as capacidades e habilidades a serem alcançados são identificadas e avaliadas de acordo com as necessidades e competências que devem ser construídas, explicitando os procedimentos e atitudes que serão desenvolvidas ao longo do processo de escolarização.

O planejamento de suas aulas, considerando os registros dos objetivos não

alcançados pelos alunos para redirecionamento de novas ações.

A biblioteca da escola conta com um acervo considerável disponível diariamente durante oito horas, organizado para utilização de professores e alunos conforme horários específicos para trocas de livros, trabalhos escolares monitorados com o professor ou o bibliotecário, pesquisas escolares para alunos da escola e comunidade, momento de leitura e projetos desenvolvidos pela bibliotecária.

7 RELAÇÃO DE TRABALHO

É necessário dar continuidade ao trabalho de conscientização de que todos são co-responsáveis pelo conjunto da escola e que o objetivo alcançado e o que ainda necessita ser trabalhado é mérito e /ou dever de todos. Com identidades próprias, os diversos segmentos, reúnem docentes, discentes e funcionários necessários ao desenvolvimento do PPP desta instituição. Esta condição exige, portanto, o estabelecimento de uma interação colaborativa, capaz de assegurar o desenvolvimento de todos os segmentos. A interação entre docentes e discentes, igualmente estimulada, é observada nos processos de elaboração e orientação de atividades cotidianas e desenvolvimento de projetos. No plano das decisões importantes, as representações de todos os segmentos possibilitam, pois, um movimento sensato também no enfrentamento de questões que afetam a rotina diária da instituição, bem como a vida escolar do educando e orientam para uma articulação entre os segmentos, sempre mais acurada e colocada a serviço do cumprimento das atividades-fins da instituição. Assim, a interação entre os segmentos, entre docentes e destes com os discentes, observada no cotidiano institucional, seja ela motivada por questões didático-pedagógicas ou relacionadas à gestão administrativa ou da própria instituição convergem para a elevação da qualidade do ensino. Enfim, o Projeto Político Pedagógico em vigor na instituição está assentado, dentre outros, nos fundamentos da colaboração entre os diversos segmentos e da gestão colegiada.

A indisciplina caracteriza-se por toda e qualquer situação imprópria ou comportamento incorreto que desestabiliza o funcionamento normal da aula. A agressividade está alcançando grandes proporções dentro e fora da escola uma vez que fortes questões sociais como: desemprego, moradia, fome, saúde e educação abalam a estrutura familiar refletindo no contexto escolar, pois a criança reproduz o que ela vivencia (realidade de grande parte dos alunos). Estas questões relacionadas com a desigualdade e exclusão social têm conduzido ao crescimento da violência que reflete diretamente na escola. Assim, a indisciplina é percebida como uma das principais queixas tanto de professores quanto de alunos ao mesmo tempo em que está sendo

considerado o principal problema nas escolas e um fator que influencia direta e negativamente na gestão pedagógica, uma vez que o gestor passa parte de sua jornada diária resolvendo problemas concernentes a este assunto, seja em conversas com os alunos ou em atendimento aos pais. Nos momentos de conflitos (que são inúmeros, que podem ser tanto de aluno com aluno ou de aluno com professor) a equipe diretiva e coordenação, juntas ou separadas, se empenham em resolver os impasses dialogando com ambas as partes envolvidas e os pais são chamados somente depois de esgotados todos os recursos possíveis. Assim sendo, deve-se esforçar, para tentar entender as atitudes dos alunos, buscarem o diálogo para compreender as mensagens que estão transmitindo por meio da linguagem da indisciplina e da agressividade.

Nos conflitos entre adultos também são explorados todos os recursos possíveis para dirimir os problemas. Conscientes que uma gestão pedagógica bem sucedida possibilita melhores condições para crianças e adultos envolvidos no processo ensino-aprendizagem faz-se necessário a tomada de medidas estratégicas para que a mesma se efetive.

O fazer pedagógico, que ultrapassa a sala de aula e a determina, configura-se como essencial na busca de novas formas de organizar a escola para que esta seja efetivamente democrática.

Os educadores da Escola Municipal Paulo Freire são altamente comprometidos, esforçados, estudiosos, unidos, preocupados com os desafios que se apresentam em sala de aula e procuram estar sempre informados e em busca de novidades. A Secretaria Municipal de Educação oferece cursos periodicamente, realizados dentro do horário de serviço, no dia destinado à coordenação do professor.

8 AVALIAÇÃO

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento, passo a passo, do educador, na sua trajetória de construção do conhecimento. (HOFFMAN 2005. P17).

A avaliação deve ser diagnóstica, processual, contínua e sistemática. Abrange assuntos de real importância, considerando os objetivos propostos no plano de curso desenvolvido. É através dela que o professor acompanha parte do conteúdo aplicado e como o aluno absorveu essas informações, dando um norte para as ações futuras conforme o planejamento. Além das provas, outros instrumentos são utilizados para consolidação do conhecimento como pesquisas, produções de textos, debates, trabalhos individuais e em grupo, além de uma auto-avaliação feita pelo próprio aluno. Também é essencial nesse processo a participação dos pais e responsáveis, para que eles acompanhem o desenvolvimento de seus filhos na aprendizagem dia a dia, valorizando cada conquista de sua vida escolar.

A avaliação deverá subsidiar o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos ou ajustados para o melhor desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

Para o aluno, a avaliação será o melhor instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender.

A reprovação só acontece nos anos finais de ciclos, quando é feita uma média do aproveitamento do ano em curso, com as notas do ano anterior, prevalecendo à maior. A Instrução Normativa da SME nº18/2004 determina que a aprovação aconteça nos casos em que a média for igual ou superior a 51 %, em pelo menos quatro disciplinas.

Os alunos que apresentam índice de falta correspondente a 50 % mais uma, serão automaticamente retidos, se não tiverem o aproveitamento igual ou superior a 51 %. Neste caso, serão submetidos a um processo de avaliação, envolvendo todas as

disciplinas e o aproveitamento também deverá ser igual ou superior a 51 %, processo denominado “PROVÃO”.

Para a escola, possibilitará a definição de prioridade e localização dos aspectos das ações educacionais que necessitam de maior apoio e investimento e a redefinição de posturas pedagógicas.

A revisão das provas e trabalhos deverá ocorrer imediatamente, junto aos alunos, após a correção feita pelo professor. É importante que as necessidades e as possibilidades dos alunos sejam cuidadosamente registradas para acompanhamento do professor, aluno, escola e os pais.

Analisar o currículo da escola em função de sua filosofia, desempenho do professor, rendimento da capacidade dos alunos, validade dos conteúdos trabalhados, equipamentos e materiais disponíveis, grau em que estão sendo concretizados os aspectos positivos e negativos, é um dos objetivos do conselho de classe que é a partir da avaliação feita pelos alunos.

A eficácia dos instrumentos utilizados pelos professores e em que aspectos precisam ser melhorados (materiais, estratégias de ensino, integração com a turma, integração dos alunos) e a partir da reflexão junto a uma equipe politizada e em consonância com as propostas do Projeto Político Pedagógico, será capaz de conscientizar o professor de que a auto-avaliação contínua de seu trabalho, com vistas ao planejamento, promove a aprendizagem mais eficiente do aluno.

Através de parecer descritivo, permitir à família e ao aluno uma visão clara de seu desempenho (boletins).

9 CONCLUSÃO

Construir um Projeto Político Pedagógico é uma realidade necessária, mas não se pode descuidar de acompanhá-lo e reavaliá-lo, senão se tornará sem efeito. Sua reavaliação deve ser constante, pois poderá haver a necessidade de sua reconstrução ao longo de sua aplicação.

A escola precisa ter a consciência de sua função social que é de promover um ensino de qualidade, cuidar do acesso, permanência e sucesso dos alunos. Portanto, deve-se acreditar que a escola fará a diferença, desejando que, ao final da escolarização nesta Unidade, saiam diferentes do que entraram em todos os aspectos, sejam eles sociais, afetivos, pedagógicos, motores, culturais. Para que isso ocorra, a prioridade deve ser sempre um ensino de qualidade, atendimento às diferenças, garantia de novos espaços formadores com a promoção de uma aprendizagem realmente significativa.

Considerando que é do interesse da sociedade que seus cidadãos sejam educados, instruídos e formados, e que esta é a principal função da escola. Administrá-la de modo eficiente e eficaz é uma das condições para que se cumpra o seu papel. Quando assim administrada, a escola oferece condições para a melhoria real da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Para que a escola alcance, de fato os seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico estejam embasados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidade de reflexão para novos direcionamentos.

Faz-se necessário descobrir mecanismos que façam com que o Projeto Político Pedagógico seja uma realidade, deixando de ser visto apenas como uma carta de intenções e seja efetivado na prática escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p.

DEMO, Pedro (2000). **Teoria e Prática do Projeto Pedagógico.** Disponível em http://www.escola2000.org.br/pesquisa/texto/testos_autor.aspx<<acesso em 02 de outubro de 2010.

IPATINGA. Secretaria Municipal de Educação. **Regimento das Escolas Municipais de Ipatinga,** Ipatinga, MG: 2006.

MEC, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br>,1996.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** uma construção coletiva, in: Projeto político-pedagógico da Escola: uma construção possível. 7ª ed., Campinas, SP:Papirus,1998.

IPATINGA.Secretaria Municipal de Educação de. Instrução Normativa nº 18/2004.

HOFFMANN, Jussara(2005). O Mito da Avaliação da Aprendizagem. 2ª Ed. p 17.

FREIRE, Paulo(1998). Educação e Mudança. 1ª Ed. p 48.